



Africa Criminal Justice Reform
Organisation pour la Réforme de la Justice Pénale en Afrique
Organização para a Reforma da Justiça Criminal em África



Estudo da Legislação sobre a caução em Malawi, Moçambique e Burundi



Ms. Kristen Petersen



UNIVERSITY of the
WESTERN CAPE



Introdução

- **SOBRE O ESTUDO**

- Estudo foi conduzido em três países - Burundi, Malawi e Moçambique - representando francófonos, anglófonos e lusófonos
- A Investigação foi conduzida por investigadores dos próprios país com o objectivo de rever as leis sobre a caução e garantia e determinar impedimentos à libertação durante a prisão preventiva
- Também visava esclarecer o conceito de caução e determinar se existem mecanismos eficazes que possam ser replicados ou expandidos.



Importância das disposições legislativas sobre a caução

Liberdade

Presunção de
inocência

Direitos de
julgamento justo

Prisão preventiva
como último recurso

Liberdade de
movimento



Disposições importantes sobre a caução

As disposições gerais sobre a caução devem ser claras, concisas e equitativas; Limites definidos; formas de caução / os vínculos a serem usados devem ser claros justos e equitativos e para as quais existem processos claros

As ofensas não caucionáveis violam a presunção de inocência

Informações sobre a caução e direito de requerer a caução na primeira aparição no tribunal

Condições claras e justas **sobre caução / prisão**

Os montantes fixados na caução devem ser justos e equitativos e não devem exceder as capacidades económicas dos arguidos

Revoga da caução - deve haver condições claras, legítimas e diretrizes para retirar / revogar fiança

Facetas importantes da caução

Um sistema de **caução com prescrições legislativas que evitem atrasos indevidos e prolongados na prisão preventiva**. Limites da prisão preventiva, prazos obrigatórios de início do julgamento

No caso acima, um mecanismo para revisar **automaticamente o prazo da prisão preventiva do arguido**

A assistência jurídica deve ser acessível e gratuita para pessoas especialmente indigentes

Um sistema de recurso que permita recorrer (a) a uma decisão de caução e (b) requerer uma caução enquanto se aguarda um recurso do caso

Quadro Geral: Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Disposições Gerais	<ul style="list-style-type: none">▪ Extensas disposições sobre caução - que são claras, concisas▪ ónus da prova definida▪ Formas de caução / fiança a ser usada - que geralmente são claras	<ul style="list-style-type: none">▪ Disposições extensas sobre cauções estão faltando - vagas e requerem segunda suposição▪ Sem processos claros para guiar os tribunais▪ Nenhum ónus claro da prova

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Infracções não caucionáveis	<p>NÃO</p> <p>Lei das Directrizes de caução : "qualquer pessoa presa ou acusada de alegada prática de uma infracção tem o direito de ser libertada, com ou sem caução ... a menos que o tribunal determine que seja do interesse da justiça que ele seja colocado em prisão preventiva.</p>	<p>SIM</p> <p>O Código de Processo Penal do Burundi prevê três casos em que a caução não será concedida: a) pessoas processadas por crimes puníveis com mais de 20 anos de prisão; B) As pessoas que não devolveram o dinheiro ou outros bens obtidos através de uma infracção ou, na sua falta, o seu valor equivalente; E (c) pessoas acusadas de abuso sexual.</p>

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Direito de solicitar uma caução na Primeira aparição ao tribunal	SIM Em Malawi, a caução também pode ser prestada pela polícia	

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Condições estabelecidas para a liberdade condicional:	<p>Os respectivos países contêm condições semelhantes para libertação sob caução. Algumas das condições estabelecidas incluem: proibir o arguido de deixar uma determinada jurisdição ou raio (sem a permissão da autoridade designada); Comunicação e contacto limitados ou interferência com testemunhas ou cenas de crime; Não cometer qualquer crime durante a libertação; E relatórios regulares a uma autoridade designada.</p> <p>Em todos os sistemas, o objectivo das condições estabelecidas é garantir a presença do arguido no tribunal, proteger a ordem pública e impedir que o arguido interfira com as testemunhas, vítimas e provas.</p>	

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Revoga da caução	É aceite nos três países que a caução possa ser revogada se o arguido não cumpriu as suas condições No Malawi, é prática aceite que uma violação das condições da caução possa resultar na revogação da caução, embora esta seja geralmente reservada para a falta de comparecimento ao tribunal ou na tentativa de fuga	

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Recurso		
Recurso de uma decisão sobre caução e o fundamento do recurso:	Sim - se as circunstâncias do arguido mudaram suficientemente para justificar a concessão de caução	<u>Sim – os motivos são pouco claros, no entanto, o Burundi exige prazos rigorosos dentro dos quais um recurso pode ser solicitado</u>
Aplicação da caução dependendo da apelação do caso	Sim - as pessoas podem solicitar a caução enquanto aguardam a decisão do tribunal de recurso.	<u>O sistema de caução do Burundi não prevê disposições claras a este respeito.</u>

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Prazos de de custódia da prisão preventiva	<p>SIM</p> <p>30 dias = acusado de um delito que pode ser julgado em um Tribunal Baixo / Superior</p> <p>60 dias = Seção 161 F: infracção julgável no Tribunal Supremo é submetido ao Tribunal Supremo para julgamento = 60 dias.</p> <p>90 dias = uma pessoa acusada de traição, genocídio, assassinato, estupro, conspiração e roubo: 90 dias.</p>	<p>SIM</p> <p>Um acusado não pode ser mantido em prisão preventiva por mais de um ano se o crime alegado for punido com menos de cinco anos de prisão e a prisão preventiva não pode exceder três anos quando a sanção do alegado crime exceder cinco anos de prisão.</p>

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Mecanismo de revisão automática para PP	Em Malawi, quando o período legal de prisão preventiva caducou, o Estado tem a oportunidade de solicitar uma prorrogação <u>e somente no caso em que uma prorrogação não é solicitada o tribunal pode liberar o acusado.</u>	Em Burundi, pode-se argumentar que, na prática, a revisão permitida pelo Código de Processo Penal não é automática, uma vez que exige que o procurador (ou o acusado, caso o procurador não cumpra a sua obrigação) traga o acusado até ao Juiz para que se faça revisão da detenção.
Ambos têm mecanismos no local, mas há falhas em ambos os sistemas.		

Malawi and Burundi

	Malawi	Burundi
Período obrigatório para o início do julgamento	Seção 261 do CPEC, onde para as ofensas julgadas por tribunais subordinados e puníveis com pena de não mais de três anos de prisão, o julgamento deve começar dentro de 12 meses a partir da data que a queixa surgiu e deve ser concluída no prazo de 12 meses a contar a partir da data do início do julgamento. O mesmo se aplica a infracções semelhantes julgadas pelo Tribunal Supremo, conforme previsto na secção 302A do CPEC. Quando as duas disposições não forem cumpridas, o acusado deve ser libertado da infracção em que acusado.	Nada

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Assistência Jurídica	<p>SIM</p> <p>Lei de Apoio Judiciário de 2010: principais critérios de legibilidade (a) que o indivíduo tem meios insuficientes para obter um advogado particular; E (b) seria do interesse da justiça que o advogado representasse o acusado.</p> <p>LAB - restrições financeiras e de capacidade</p>	<p>Não existe um sistema formal de assistência jurídica no Burundi.</p> <p>Os acusados têm de obter a sua própria representação legal e alguns podem receber assistência jurídica de algumas organizações não governamentais empenhadas no trabalho em matéria de direitos humanos.</p> <p>Tais organizações têm critérios próprios para a concessão de assistência jurídica.</p>

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Valores da caução	<p>As decisões sobre o montante da caução excedem as capacidades económicas dos acusados. Isso resulta em arguidos detidos em instalações por longos períodos de tempo porque eles são incapazes de pagar a caução</p> <p>No Burundi, há uma tendência para fixar os montantes, tendo em conta o delito pelo qual o réu é acusado. Isso é injusto, pois impacta o direito do acusado a ser presumido inocente até que se prove que é culpado.</p>	

Malawi and Burundi

	MALAWI	BURUNDI
Corrupção na decisão sobre a caução	Não foi possível determinar. Seria necessária uma avaliação mais aprofundada para investigar este quesito.	



Conclusão

- A legislação relativa à libertação provisória com caução é importante, na medida em que dá efeito à noção de presunção de inocência incorporada no direito internacional dos direitos humanos.
- Uma legislação inadequada impede os acusados de realizar este direito fundamental e fornece orientações inadequadas aos funcionários judiciais que podem usar o seu livre arbítrio para tomar decisões incorrectamente.
- As facetas louváveis & inadequadas sobre os sistemas legislativos de fiança: breves observações finais sobre Malawi (anglófono) e Burundi (francófono)



Obrigado

